

IM/POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: discussões sobre currículo e diferença¹

Madalena Klein

Universidade Federal de Pelotas

Daniele de Paula Formozo

**Universidade Federal de Pelotas
Pelotas, Brasil**

Resumo

Este artigo discute a trajetória da educação de surdos nos últimos anos a partir da articulação do documento “Que educação nós surdos queremos” — proposto e redigido por um grupo de lideranças surdas — com duas pesquisas realizadas com professores surdos e ouvintes envolvidos na educação de surdos. Através de cruzamentos das pesquisas e do referido documento, propomos um “diálogo” em que semelhanças e dispersões nos ajudam a sinalizar as im/possibilidades na educação de surdos, tomando como referências temáticas: as marcas surdas, suas implicações curriculares e a língua de sinais, entre outras. Nossas análises inscrevem a educação dos surdos no campo dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos, que pensam a surdez não como deficiência, mas como uma diferença estabelecida através da experiência visual que produz uma cultura própria, mediada pelo uso da língua de sinais. A educação de surdos mantém-se em uma arena de lutas por sentidos em que a diferença surda é contestada, necessitando permanentemente ser pontuada como uma marca presente nos espaços educacionais. Não é nossa intenção dar conta dessas discussões, mas colocá-las em pauta e contribuir para a construção das políticas educacionais para surdos.

Palavras-chave: Educação de surdos – lutas surdas – currículo – diferenças culturais

Abstract

This article discusses the trajectory of educating deaf people in recent years based on articulation of the document “What education we deaf people want” – proposed and written by a group of deaf leaderships – with two research projects conducted with deaf and auditive teachers involved in educating deaf persons. By crossing the research studies and the above document, we are proposing a “dialogue” in which similarities and dispersions help us to enumerate the impossibilities in educating deaf people, using as thematic references: deaf characteristics, their curricular implications and sign language, among others. Our analyses include the education of deaf persons in the field of Cultural Studies and Deaf Studies, which see deafness not as a deficiency, but as a difference established through visual experience which produces a specific culture, mediated by the use of sign language. The education of deaf people is kept inside an arena of fights for senses in which the deaf difference is contested, permanently needing to be underscored as a trait present in educational spaces. It is not our intention to give an account of those discussions, but to put them on the agenda and to contribute toward constructing educational policies for deaf people.

Key words: Education of deaf people – deaf fights – curriculum – cultural differences

Contextualizando os tempos e espaços

As atuais discussões acerca das políticas educacionais na perspectiva da educação inclusiva vêm tensionando acalorados debates/embates no campo da educação de surdos. Esses debates se proliferam em diferentes espaços: nas escolas de surdos, nos espaços de formação docente, e entre a militância dos movimentos surdos. Muito mais do que definir qual o “melhor lugar” para os projetos educacionais para surdos, percebe-se uma preocupação em pontuar aspectos considerados relevantes para que essa educação efetivamente aconteça. É interessante assinalar que vários desses aspectos historicamente apontados como relevantes e/ou indispensáveis nesse campo, permanecem atuais e necessários; ou seja, mesmo que farta e exaustivamente já discutidos, os temas sobre o currículo e as línguas na educação de surdos, as perspectivas de educação bilíngue, a língua de sinais como língua constitutiva das identidades e das culturas surdas, entre outros, permanecem presentes em um campo de lutas por sentidos.

Esses foram temas discutidos por aproximadamente 150 educadores surdos durante dois dias, no que ficou conhecido como Pré-Congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre, em abril de 1999. O motivo de tal encontro preliminar foi a manifestação de vários surdos em relação à prevalência de palestrantes e congressistas ouvintes que acabavam conduzindo as discussões dos eventos de educação de surdos. A história dos surdos mostra como as decisões foram sempre tomadas por ouvintes e, na maioria das vezes, prejudiciais aos surdos, que não tinham sua cultura e sua língua respeitadas.

Assim, este pré-congresso teve o objetivo de reunir e articular educadores surdos no sentido de apresentarem ao V Congresso suas opiniões e suas aspirações no campo não somente da educação, mas de forma mais abrangente, colocando essa em um contexto dos direitos humanos. Ao final dos dois dias foi redigido um documento que ficou conhecido pelo título “Que Educação nós surdos queremos” (FENEIS, 1999). Esse documento tem sido utilizado em discussões acerca dos currículos nas escolas de surdos bem como em espaços de formação docente, no sentido de nortear uma educação que contemple as diferenças surdas.

O presente artigo pretende adentrar essas discussões a partir da articulação desse documento com duas pesquisas realizadas com professores atuantes em escolas com alunos surdos, sendo transcorrida uma década de sua elaboração. Tais pesquisas foram realizadas no ano de 2007, com professores surdos e ouvintes e, ainda que a metodologia delas tenha sido diferente, as falas dos sujeitos se atravessam em muitos momentos. Através de cruzamentos das falas dos professores investigados e do documento dos educadores surdos, propomos um “diálogo” em que semelhanças e dispersões vão nos ajudando a tecer uma arena de significados que sinalizam as im/possibilidades na educação de surdos. Na multiplicidade das respostas encontradas em ambas as pesquisas, tomamos como referência temáticas significativas na educação de surdos tais como: as marcas surdas, suas implicações curriculares e a língua de sinais, entre outras, todas elas referidas por ocasião do pré congresso.

O lugar de onde falamos: os Estudos Surdos e suas problematizações

Nossas análises e problematizações inscrevem a educação dos surdos pelo olhar desenvolvido pelos Estudos Culturais, especialmente em suas perspectivas pós-estruturalistas, e que influenciaram o surgimento dos Estudos Surdos, no Brasil. Esse campo teórico pensa a surdez não como uma falta, uma deficiência, mas como uma diferença estabelecida através da experiência visual que produz uma cultura própria, mediada pelo uso da língua de sinais. Não se trata de negar a materialidade do corpo surdo, mas sim de deslocar o foco para as marcas culturais que constituem o sujeito surdo através da experiência visual (LOPES, 2007). A língua de sinais constitui-se como um dos traços identitários: as identidades dos sujeitos são construídas na língua e através dela. A diferença surda apresenta-se como uma construção histórica e social ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos. Os sentidos que os surdos dão a suas experiências constituem a sua cultura.

Os Estudos Surdos, apoiados nos Estudos Culturais reconhecem, então, a existência de uma cultura surda e se constituem em um campo teórico no qual o termo surdez pode ser discutido, apontando a arbitrariedade de inúmeras demarcações históricas consagradas através de metanarrativas e binarismos. Existe uma cultura surda construída nas relações de poder que se dão no interior das comunidades surdas. Essa cultura produz identidades surdas e os membros dessas comunidades constroem seus significados a respeito do mundo através da experiência visual. Outro espaço de construção da cultura surda é a escola, pelo fato de ser um local de encontro que possibilita processos de identificação entre os sujeitos. Também o currículo está intimamente ligado a esses processos de identificação/diferenciação, motivo pelo qual os educadores surdos vêm pautando as questões curriculares tanto na escola de surdos quanto nas escolas inclusivas. Como argumenta Silva (1999, p.12)

“O currículo também fabrica os objetos de que fala: saberes, competências, sucesso, fracasso. O currículo (...) também produz os sujeitos aos quais fala, os indivíduos que interpela. O currículo estabelece diferenças, constrói hierarquias, produz identidades”.

Nessas discussões, os discursos sobre os surdos, predominantemente localizados no campo da deficiência e da reabilitação, vêm sendo deslocados para os discursos da diferença cultural. Aqui inscritos, esses sujeitos formam um grupo minoritário que luta para que sua cultura seja reconhecida para além do discurso de anormalidade e de patologia que as oposições binárias ouvinte/surdo insistem em fixar. “A cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é o seu revés. Não é uma cultura patológica” (SKLIAR, 1998, p. 28).

A partir do lugar no qual nos colocamos para falar da surdez, torna-se problemático conceber a educação dos surdos como uma modalidade da educação especial como ela foi historicamente concebida e como vem sendo narrada nas atuais políticas educacionais.

Defendemos, juntamente com grande parte da comunidade surda², uma escola para surdos e, na falta dessa escola, classes de surdos, a partir de diferentes argumentações tais como: – as políticas linguísticas evidenciam a necessidade de espaços em que haja línguas compartilhadas; e – as políticas culturais defendem a necessidade de espaços potencializadores na construção de identidades e diferenças surdas. As políticas de inclusão que prevêem que os surdos sejam inseridos em turmas de ouvintes não estabelecem a experiência visual como principal marca da cultura surda. Muito mais que discutir aspectos da inclusão escolar, consideramos importante discutir um currículo que potencialize as diferenças surdas nos espaços escolares e que possibilite estratégias para a inclusão social que depende do reconhecimento e da divulgação da língua de sinais, da formação de intérpretes e professores capacitados para atender esses alunos, potencializando a participação cidadã desses na sociedade.

O documento, as pesquisas e suas articulações

A trajetória na educação de surdos tem nos provocado permanentes questionamentos acerca das marcas surdas nos espaços escolares e suas repercussões nas práticas docentes, motivando nossa aproximação sistematizada desses espaços através do documento “Que Educação nós surdos queremos” e as pesquisas que procuramos articular neste artigo.

Primeiramente, cabe localizar o documento como um interessante texto que apresenta diferentes temáticas, tanto da educação propriamente dita, quanto de outros temas a ela referentes. Composto nove páginas digitadas, encontramos a seguinte disposição das conclusões dos debates realizados durante o encontro das lideranças surdas:

1. *Políticas e práticas educacionais para surdos*: Direitos Humanos; A escola de Surdos; As classes especiais para surdos; As relações entre o professor surdo e o professor ouvinte.
2. *Comunidade, cultura e identidade*: A identidade surda; As Línguas de Sinais; Currículo da Escola de Surdos; A relação entre a escola de surdos e a comunidade surda; As relações com a família; As Artes Surdas; As culturas Surdas.
3. *Formação do profissional surdo*: Os educadores surdos; Os Instrutores de Língua de Sinais; Monitor surdo; Pesquisador surdo; Os surdos universitários.

Após o V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, esse documento foi amplamente divulgado pela comunidade surda, sendo encaminhado a diferentes instâncias de articulação das políticas educacionais para surdos³.

Em relação às pesquisas, a primeira delas desenvolveu-se concomitantemente à realização de um projeto de extensão junto a uma escola de surdos, no decorrer do ano letivo de 2007. O projeto pretendeu a realização de ações com docentes envolvidos com a educação de crianças, jovens e adultos surdos na cidade de abrangência da Universidade, articulando-se extensão/pesquisa. Os professores envolvidos nesse projeto apresentavam diferentes trajetórias de formação, muitos deles tendo participado de cursos de capacitação

e/ou especialização na área da surdez. Havia no grupo professores surdos. O tempo de envolvimento na educação de surdos era variado, havendo professores com mais de 15 anos de docência na mesma escola. O projeto de extensão consistiu na realização de reuniões quinzenais nos espaços escolares, através da organização de pequenos grupos que eram incentivados a discutir temáticas que emergiam a cada encontro, procurando estimular a indagação-ação pedagógica (SUÁREZ, 2007), na qual se descreve e problematiza as práticas pedagógicas.

Em um primeiro momento, foi solicitado aos participantes que relatassem, individualmente e por escrito, alguns aspectos de sua ação docente, salientando os seguintes itens: – tempo de magistério e de trabalho com surdos; – sua formação para trabalhar com surdos; – a Língua de Sinais na escola, na sua prática e em relação aos alunos; – comentários sobre sua prática de forma geral e, – sua visão sobre a escola (como você vê a escola: como ela é, como deveria ser). Esses relatos foram sistematizados e levados para discussão em pequenos grupos. A cada encontro, novos quadros eram organizados e reapresentados a partir dos registros dos grupos, no sentido do aprofundamento das discussões.

A materialidade que serviu de base para as discussões dos professores da escola em que desenvolvemos o projeto de formação em serviço, também se constitui em *corpus* de análise e problematização que pretendemos fazer “dialogar” com os dados produzidos na segunda pesquisa a ser descrita a seguir.

Na segunda pesquisa foram entrevistados quatro professores surdos que estão cursando Letras – Libras na modalidade de EAD (Educação à Distância)⁴. Cabe salientar que as leituras e as discussões que se dão nesse curso qualificam esses professores a discutir a educação de surdos. Eles estudaram em escolas especiais e em escolas regulares, em turmas de inclusão. Todos eles foram alunos da escola onde foi realizada a primeira pesquisa⁵. São lideranças no movimento surdo na cidade e participam regularmente de encontros e seminários sobre educação de surdos.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com o auxílio de uma Intérprete de Língua de Sinais (ILS) e filmadas, durante o mês de agosto de 2007. Os eixos discutidos foram: cultura surda, currículo, metodologia para a educação de surdos, necessidade de o professor ouvinte ser fluente em Libras, papel do ILS e educação inclusiva.

Ao observar os resultados das duas pesquisas resolvemos fazê-las “dialogar” com o documento “Que educação nós surdos queremos”, pois nas falas dos sujeitos, ainda que inseridos em diferentes espaços, há semelhanças e diferenças bastante significativas. Mais especificamente, procuramos enfatizar as falas que se referem às representações acerca das línguas na educação de surdos, com ênfase na língua de sinais — marca surda mais evidenciada nas narrativas sobre identidades e diferenças surdas⁶ — e seus usos nos espaços escolares. Entendemos que esse tema, apesar de fartamente discutido, ainda se constitui em problemática não consensual nos diferentes espaços da educação de surdos.

Nas intersecções dos discursos: fragmentos das entrevistas e do documento

A discussão em relação às propostas de educação inclusiva provoca entre a comunidade surda diferentes manifestações⁷ que, longe de uma unanimidade, demonstra a necessidade de maiores aprofundamentos dessas questões. Um dos motivos que levam grande parte da comunidade surda a não aceitar as políticas educacionais de inclusão, é o fato de a convivência com a cultura surda ficar prejudicada, assim como a construção da identidade surda. Entendendo que as identidade e diferenças são construídas histórica, social e politicamente, o sujeito constrói suas várias identidades no contato com seus pares e com sua cultura, sendo o currículo um dos espaços privilegiados nesta construção. Sendo assim, a escola de surdos exerce um papel importantíssimo em relação à produção de suas identidades e no compartilhar de sua língua. Isso é ressaltado nas entrevistas com os professores surdos:

Mas na outra escola de ouvintes era muito ruim, eu me sentia muito sozinha porque não tinha intérprete também. Eu me sentia angustiada, tentava junto com o colega ficava copiando, a professora oralizava, ficava de costas para a turma. (Excerto entrevista 3)

A inclusão é uma coisa bastante difícil porque tem muita dificuldade na comunicação. A gente ensina sinais ou então fica escrevendo. Antes não tinham sinais e a gente tinha que escrever tudo. (Excerto Entrevista 1)

Em relação às políticas de educação inclusiva, o documento analisado é claro e enfático em suas recomendações:

- “22. Considerar que a integração/inclusão escolar é prejudicial à cultura, à língua e à identidade surdas.
- 23. Propor o fim da política de inclusão/integração escolar, pois ela trata o surdo como deficiente e, por outro lado, leva ao fechamento de escolas de surdos e/ou ao abandono do processo educacional pelo aluno surdo.
- 24. Considerar que a integração da pessoa surda não passa pela inclusão do surdo em ensino regular, devendo o processo ser repensado” (FENEIS, 1999).

Ainda, encontramos depoimentos em que os surdos narram sentimentos de solidão, de inexistência de interações com outros colegas, argumentos tão caros às políticas de educação inclusiva que dizem da importância de os alunos “especiais” conviverem no mesmo ambiente que os demais alunos.

(...) na escola ouvinte era solidão e comunicação escrita, foi um choque para mim. (...) Dentro da escola eu era muito sozinha, me sentia mal com essa situação. (...) antes eram só ouvintes, não tinha nada de cultura surda, da comunidade em geral, assim. (Excerto Entrevista 2)

Essa interação e troca é oportunizada nas escolas de surdos, o que é evidenciado em excertos das entrevistas, como vemos abaixo:

Eu adorava ir [escola de surdos] porque tinha contato com os surdos, (...) aí eu vinha, corria pra dentro da Escola e aproveitava para ter as trocas com os surdos, para bater papo.

(...) Aqui [escola de surdos] a gente fala sobre cultura, lá na inclusão com os ouvintes, os professores ouvintes pensam que é tudo igual, mas não é e o surdo não se sente bem com essa situação. (Excerto Entrevista 2)

Em outra entrevista, a importância desse encontro entre surdos é enfatizada, mas agora ressaltando as possibilidades que se vislumbram no curso Letras-Libras, na qual esses informantes vêm realizando sua formação docente. Diz a informante:

(...) é muito bom [Letras-Libras], porque só tem surdos sentados na sala de aula, tem muita discussão, a gente observa, recebe informação por todos os lados, aprende e discute em Libras. (...) A gente conversa, troca muita coisa, as disciplinas são dadas em Libras, é muito melhor. (Excerto Entrevista 1)

Nessa direção, um tema que emerge no cruzamento dos materiais pesquisados é a defesa da escola especializada para surdos em todos os níveis e modalidades. O documento de 1999 é enfático ao afirmar que a escola de surdos é o local almejado por esses alunos, porém, considera que quando não houver a possibilidade dessa escola, que sejam organizadas classes exclusivas de surdos na escola regular (FENEIS, 1999, artigos 35 a 45). A escola de surdos, nesse contexto, perde a designação de especial, que reinscreve os surdos na perspectiva da deficiência demarcando uma proposta que prescindia das questões culturais. Como bem argumenta Skliar (1999, p. 12), “a separação entre educação especial e educação de surdos é imprescindível para que a educação bilíngue desenvolva uma certa profundidade política.” Os surdos não querem mais ser narrados como deficientes que necessitam de uma escola especial, mas sim como diferentes que necessitam de uma escola concebida através da perspectiva da diferença, ou seja, uma escola de surdos.

Eu acho melhor uma turma só de surdos porque com surdos e ouvintes na mesma aula, o jeito de aprender as disciplinas é diferente para surdos e para ouvintes, o professor não pode explicar a matéria do mesmo jeito para surdos e ouvintes. O jeito de entender a matéria é diferente, é diferente a explicação, o exemplo, a discussão, a maneira de mostrar, como explicar. Os ouvintes aprendem mais rápido, o surdo é diferente, precisa explicação diferente também, por isso é melhor turma só de surdos separados dos ouvintes. (Excerto Entrevista 2)

(...) se for uma sala inclusiva como o professor vai ensinar? Ele vai estar meio em choque sempre, mas se for uma classe especial só para surdo o professor vai

ter a responsabilidade dele redobrada. (Excerto Entrevista 4)

Um dos grandes problemas apontados na educação de surdos é a pouca disposição dos professores ouvintes em aprender Libras. Em geral, eles não aprendem essa língua em um nível que lhes permitam estabelecer uma comunicação fluente que os levem a dispensar o intérprete⁸. Também não participam da comunidade surda para atualizar-se na língua. Os surdos, de forma geral, reclamam que seus professores não são fluentes em Libras e acabam por desenvolver uma comunicação baseada no português sinalizado. Em todas as entrevistas da segunda pesquisa os sujeitos salientaram a importância de o professor ouvinte que trabalha com surdos ser fluente em Libras, mesmo que haja a presença de intérpretes na sala de aula.

Na minha opinião, eu prefiro direto, que o professor saiba Libras, porque o uso do intérprete é bem confuso porque o surdo não sabe pra quem vai direcionar o olhar, se vai olhar direto para o professor, ou se vai olhar para o intérprete porque tem muitas coisas que o intérprete perde. (Excerto Entrevista 3)

Eu acredito que o professor tem que saber Libras, ele precisa conhecer Libras. Ele pode se utilizar do intérprete, mas eu acho muito melhor que o professor tenha uma comunicação direta, para que o surdo tenha mais atenção, eu acho muito importante que o professor saiba Libras. (Excerto Entrevista 4)

Os professores da escola de surdos investigada não negam a importância da Libras em sua prática docente. Afirmam ter realizado cursos, mas que, efetivamente aprendem a língua no dia-a-dia, sendo necessário o contato com os surdos. Alguns argumentam que se comunicam bem, mas precisam aprender mais, salientando a importância da presença dos professores surdos nos espaços escolares.

Em relação à fluência em Libras, encontramos no documento analisado vários artigos que sinalizam a preocupação da comunidade surda quanto à necessidade de língua compartilhada nos espaços escolares.

“47. Promover a capacitação dos professores surdos no sentido de que os mesmos tenham linguagem acessível em línguas de sinais para atender aos educandos surdos.

(...)

70. Utilizar a língua de sinais dentro do currículo como meio de comunicação.

(...)

82. Fazer com que todos os surdos, inclusive crianças e adolescentes, tenham direito à convivência e proximidade com a comunidade de surdos. (...)

83. Recomendar como necessária a interação entre escola de surdos e comunidade surda” (FENEIS, 1999).

Os professores ouvintes reclamam que os surdos não sabem Português. Os surdos reclamam que os ouvintes não sabem Libras. Pensamos que um professor comprometido

com a educação de surdos deve procurar, por seus próprios meios, a fluência em Libras, a fim de compreender essa língua e fazer as comparações necessárias entre ela e o Português, o que com certeza favorecerá a aprendizagem de modo geral, bem como o ensino do Português escrito como segunda língua.

A discussão em relação ao ensino do Português ainda é uma questão que causa polêmica na escola de surdos e na definição de seu currículo. Alguns professores mantêm a idéia de que o uso da Libras prejudica a aprendizagem do Português, o que é evidenciado em alguns depoimentos de professores na primeira pesquisa. Isso se constitui em um mito que os estudos linguísticos já refutam há muito tempo. Da mesma forma, a idéia de que os surdos se recusam a aprender português não se sustenta, como podemos observar na segunda pesquisa.

O surdo precisa se apropriar do Português, precisa forçar e dominar o Português, é importante. Eu, tem coisas que eu não conheço, estou sempre aprendendo. Tem surdos que acham que não devem aprender Português, mas eu acho que precisa, o surdo precisa ser bilíngue, conhecer Português e Libras. (Excerto Entrevista 2)

No documento, encontramos vários artigos que reafirmam a posição da comunidade surda no sentido da perspectiva bilíngue na educação de surdos.

“2. Assegurar a toda criança surda o direito de aprender línguas de sinais e também português e outras línguas.

(...)

10. Usar da tecnologia na comunicação com surdos em escolas e locais públicos, uma vez que se tem constatado que a tecnologia ajuda na aquisição do português escrito.

(...)

76. Usar a comunicação visual para o ensino dos surdos, tais como: línguas de sinais, escrita em sinais, leitura e escrita do português. Considerar que existe toda uma problemática na aprendizagem do português, que deve ser considerada como segunda língua” (FENEIS, 1999).

Em algumas propostas de educação bilíngue, é imprescindível a presença de professores surdos na escola, uma vez que esses professores servem de modelo linguístico. “Ele deve valer-se do espaço escolar para construir, junto com seus pares, estratégias de identificação que possam ser vislumbradas num processo sócio-histórico mais amplo, não-fragmentado” (LUNARDI; SKLIAR, 2000, p. 18). Assim, eles são parte fundamental na construção das identidades surdas dentro da escola. Os entrevistados neste trabalho são professores que ministram a disciplina de Libras em escolas de inclusão, em cursos de capacitação e em turmas de alfabetização de crianças surdas, sendo eles, referências em seus espaços de atuação docente.

Quanto ao papel do professor surdo, encontramos nas entrevistas, as seguintes

manifestações:

(...) eu acho que o melhor é um professor surdo, porque tem o modelo, porque o aluno surdo precisa construir a identidade com um professor surdo, é importante. Professor surdo é o melhor, é o ideal. (Excerto da entrevista 1)

Nas reuniões dos grupos na escola investigada, os professores argumentaram que seria adequado às crianças terem professores surdos desde a estimulação precoce até as demais séries, a fim de que tenham contato com a Libras o mais cedo possível. Foi enfatizada também a importância de os pais terem contato com os professores surdos. Cabe salientar que esse contato é imprescindível tanto nos aspectos linguísticos quanto em relação às identidades culturais, como é salientado no documento analisado:

“38. A aquisição da identidade surda seja considerada de máxima importância, tendo em vista que a presença de professor surdo e o contato com a comunidade surda possibilitam ao surdo adquirir sua identidade.

(...)

115. Recomendar ao professor surdo a reflexão sobre a representação de sua identidade surda, uma vez que ele é, fundamentalmente, um modelo de identidade para a criança surda.

116. Garantir que a escola de surdos tenha a presença de profissionais que sejam surdos, já que devem ser ouvidos quando se trata de questões próprias de sua comunidade” (FENEIS, 1999).

Essa discussão é ainda enfatizada em outros artigos do documento (FENEIS, 1999), no qual são apresentadas propostas específicas para a organização curricular da educação de surdos, como a exposição da criança surda a Libras o mais cedo possível, a introdução da disciplina de Libras como componente curricular, a inserção de manifestações artísticas e culturais surdas nas atividades escolares, ensino da história do povo surdo e a participação de pesquisadores surdos nas discussões pedagógicas. Vemos essas preocupações nos artigos abaixo apresentados:

“15. Em educação, assegurar ao surdo o direito de receber os mesmos conteúdos que os ouvintes, mas através de comunicação visual. Formas conhecidas, em comunicação visual importantes para o ensino do surdo são: línguas de sinais, língua portuguesa, e outras línguas no que tange à leitura e escrita.

(...)

26. Considerar que a escola de surdos é necessária e deve oferecer educação voltada para princípios culturais e humanísticos, promovendo o desenvolvimento de indivíduos cidadãos e sendo um centro de encontro com o semelhante para produção inicial da identidade surda.

(...)

72. Elaborar para as escolas de surdos, uma proposta pedagógica, orientada pela comunidade surda e por equipe especializada em educação do surdo.

73. Reestruturar o currículo atendendo às especificidades da comunidade surda, incluindo no planejamento curricular disciplinas que promovam o desenvolvimento do surdo e a construção de sua identidade” (FENEIS, 1999).

Percebemos que a presença de professores surdos vêm se consolidando tanto nas escolas específicas como nas regulares. Isso é o resultado de permanentes lutas da comunidade surda e consequência da oficialização da Libras⁹. No documento, já em 1999, encontramos vários artigos que apontam para a necessidade de que os professores surdos sejam respeitados.

“49. Garantir que as relações entre professores surdos e professores ouvintes sejam igualitárias.
(...)
51. Assegurar que o professor surdo tenha direito e prioridade de trabalho em escola de surdos.
52. Considerar os professores surdos como educadores.
(...)
72. Elaborar para as escolas de surdos, uma proposta pedagógica, orientada pela comunidade surda e por equipe especializada em educação do surdo” (FENEIS, 1999).

Porém as relações de poder na educação de surdos ainda estão inscritas em um modelo binário ouvinte/surdo, historicamente produzido, em que os surdos continuam na dependência das prerrogativas ouvintes. Isso fica evidenciado nas discussões ocorridas durante a primeira pesquisa, em que alguns professores verbalizaram que há na escola colegas que não acreditam no potencial dos professores surdos, não procurando interagir com os mesmos e ainda não aceitando que surdos ensinem nas séries iniciais. Na visão desses professores ouvintes, os surdos podem ser instrutores e “dicionários ambulantes”, mas a inserção deles com *status* de professores cria um mal-estar entre alguns dos docentes ouvintes.

Na segunda pesquisa, encontramos o depoimento de um professor surdo que expressa como as relações de poder são sentidas nesses espaços.

(...) a gente continua na dependência dos ouvintes, então por isso eu não tenho muitas respostas para te dar, a gente ainda fica muito dependente dos ouvintes, está sempre dependendo muito dos intérpretes. Por isso, a gente depende muito do mundo ouvinte. (Excerto Entrevista 4)

Considerações finais

Este trabalho procurou articular um conjunto de discursos dispersos em tempos e espaços. A partir da materialidade do documento “Que educação nós surdos queremos” e

de pesquisas realizadas e aqui apresentadas, podemos notar a atualidade desse documento escrito há uma década. Alguns pontos avançaram, resultado de lutas da comunidade surda, como por exemplo a oficialização da Libras. A presença dos professores surdos é uma realidade em muitas escolas e a possibilidade de sua formação se consolida a partir do ingresso de surdos em diferentes cursos de licenciatura de forma geral, e de forma mais específica no curso de Letras – Libras.

Porém, a educação de surdos mantém-se em uma arena de lutas por sentidos em que a diferença surda é contestada, necessitando permanentemente ser pontuada e problematizada como uma marca presente nos projetos curriculares. Várias questões permanecem indefinidas e provocam resistências entre professores e gestores das políticas públicas, como a definição do melhor lugar para o aluno surdo, o uso efetivo da Libras e sua relação com o Português, a construção de um currículo surdo e o respeito pelos profissionais surdos, entre outras.

Não é nossa intenção neste artigo dar conta dessas discussões, mas colocá-las em pauta, uma vez que consideramos todas elas imprescindíveis quando são propostas as políticas educacionais para surdos.

Notas

- ¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no GT15 – Educação Especial, durante a 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, em Caxambu/MG, 2008.
- ² Os educadores surdos vêm manifestando suas preocupações e demarcando os espaços desejáveis para que a educação de surdos efetivamente aconteça. O documento redigido em 1999 é um exemplo disso e que vêm se atualizando com diferenciada produção de lideranças surdas que ingressam nos programas de pós-graduação e realizam pesquisas no sentido de definir e produzir o que eles mesmos denominam de pedagogia surda, a partir das provocações lançadas pela chamada pedagogia da diferença. Exemplo disso são os livros Estudos Surdos I (QUADROS, 2006), Estudos Surdos II (QUADROS; PERLIN, 2007), A Invenção da Surdez: cultura, alteridade e diferença no campo da educação (THOMA; LOPES, 2005), A Invenção da Surdez II (THOMA; LOPES, 2006) e Currículo & Avaliação: a diferença surda na escola (THOMA; KLEIN, 2009). Também nessa direção, vários artigos são apresentados em diferentes eventos de educação, potencializando uma discussão acerca das possibilidades de propostas educacionais pensadas a partir da diferença surda.
- ³ Durante a realização do V Congresso foi organizada uma passeata contando com a participação de todos os 1.500 inscritos e também de professores e alunos das escolas de surdos da região metropolitana de Porto Alegre. Naquela ocasião, uma comissão foi recebida pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul e sua Secretária de Educação quando lhes foi entregue cópia do documento “Que educação nós surdos queremos”. Essa entrega foi referência para as demais lideranças surdas de outros estados também encaminharem o documento às suas autoridades. Ainda, cabe registrar que o Ministério da Educação e Cultura fez referência a alguns dos pontos ali expressos, quando da definição do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (PERLIN, 2000).
- ⁴ O Curso de Licenciatura em Letras-Libras da UFSC iniciou no ano de 2006 na modalidade de Educação à Distância, com pólos em nove universidades brasileiras. As aulas presenciais acontecem quinzenalmente, oportunizando o encontro dos surdos, quando compartilham de suas experiências.
- ⁵ Cabe salientar que muitos dos docentes que participaram dos encontros de formação na escola de surdos a que se refere a primeira pesquisa foram professores dos informantes da segunda.
- ⁶ Diversos trabalhos apontam a língua de sinais como marca constitutiva da diferença surda, considerada como o fator que congrega e identifica os sujeitos surdos. Entre eles, Perlin (2000 e 2005); Lopes e Veiga-Neto (2006); Klein (2005).
- ⁷ Importante assinalar que ao final do ano de 2007, por ocasião das discussões acerca da nova redação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, promovida pela Secretaria de Educação Especial

(SEESP/MEC), ocorreram intensas discussões pela internet, através de trocas de emails entre educadores ouvintes e surdos e grupos de pesquisadores na área. A maioria dessas manifestações diz respeito aos artigos do documento que definiam a escola regular como espaço para a educação de surdos e o fechamento das escolas especiais. Vários foram os pronunciamentos contrários a essa determinação, e a reafirmação da escola de surdos como espaço que favorece o desenvolvimento integral dos alunos surdos. Cabe salientar que essas discussões ainda estão ativas na web. Mais recentemente, por ocasião das Conferências Municipais de Educação em várias cidades, a comunidade surda compareceu para discutir as propostas contidas no Documento Referência do CONAE – Conferência Nacional da Educação. Essas discussões novamente extrapolaram os espaços das conferências e transitaram pela internet, provocando diferentes manifestações e articulações para que as propostas da comunidade surda sejam contempladas no documento final.

⁸ Conforme pesquisas de Kyle (1999); Klein, Muller, Lockmann (2004); Karnopp, Klein (2006), entre outras.

⁹ Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Referências

- FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Que educação nós surdos queremos. Documento elaborado no pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre/RS: UFRGS, 1999. (Texto digitado).
- KARNOPP, Lodenir; KLEIN, Madalena. Narrativas sobre o fazer docente em práticas de letramento com alunos surdos. In: 29ª ANPEd: Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade. Desafios e compromissos. Caxambu/MG, 2006. CDRoom.
- KLEIN, Madalena. Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2005, p.83 – 99.
- KLEIN, Madalena; MULLER, Márcia Beatriz Cerutti; LOCKMANN, Kamila. O que dizem os professores sobre a surdez: problematizando as representações na escola de surdos. In: 1º SBECE: Anais do 1º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação. Canoas/MG, 2004. CDRoom.
- KYLE, Jim. O ambiente linguístico: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilinguismo para surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos. Vol 1. Porto Alegre/RS: Mediação, 1999, p. 15 - 26.
- LOPES, Maura C. A natureza educável do surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos. In: THOMA, Adriana S. e LOPES, Maura Corcini. (orgs.). A invenção da surdez. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2004, p. 33 – 55.
- _____. Surdez & educação. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2007.
- LOPES, Maura C.; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. Perspectiva: Florianópolis/SC, v. 21, edição especial – jul./dez., 2006, p. 81 – 100.
- LUNARDI, Márcia Lise; SKLIAR, Carlos Bernardo. Estudos Surdos e Estudos Culturais em Educação: um debate entre professores ouvintes e surdos sobre o currículo escolar. In: LACERDA, Cristina B. F. de e GÓES, Maria Cecília R. (orgs.). Surdez processos educativos e subjetividade. São Paulo/SP: Lovise, 2000, p. 11 – 22.
- PERLIN, Gládis. Identidade Surda e Currículo. In: LACERDA, Cristina B. F. de e GÓES, Maria Cecília R. (orgs.). Surdez processos educativos e subjetividade. São Paulo/SP: Lovise, 2000, p. 23-28.
- _____. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2004, p.74 – 82
- QUADROS, Ronice Muller de (org.). Estudos Surdos I. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2006.

- QUADROS, Ronice Muller de; PERLIN, Gládis Teresinha (orgs.). Estudos Surdos II. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2007.
- SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e as diferenças. In: SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre/RS: Mediação, 1998, p. 7 –32.
- _____. (org.). Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos. Vol 1. Porto Alegre/RS: Mediação, 1999.
- SUÁREZ, Daniel H. Docentes, narrativas e indagação pedagógica del mundo escolar. In: DALL'IGNA, Maria Antonieta; SILVA, Jacira Reis da; LENZI, Carmen Silvia. (orgs). Profissão professor: as maneiras de ser nas maneiras de ensinar. Coletânea de trabalhos apresentados no 7º Encontro sobre o Poder Escolar. Pelotas/RS: Editora Universitária da UCPel, 2007, p. 19 – 44.
- THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2005.
- THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (orgs.). A invenção da surdez II. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2006.
- THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena (orgs.). Currículo & Avaliação: a diferença surda na escola. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2009.

Correspondência

Madalena Klein: Professora da Universidade Federal de Pelotas e do Programa de Pós-Graduação em Educação.

E-mail: kleinmada@hotmail.com

Daniele de Paula Formozo: Mestre em Educação e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: dani.gael@hotmail.com

Texto publicado em [*Currículo sem Fronteiras*](#) com autorização das autoras.
